



Fórum das Seis entrega pauta ao Cruesp



Foto: Sintusp

Na última quinta-feira (31) o Fórum das Seis protocolou a pauta unificada da campanha salarial 2016 com o até então diretor do Cruesp, Marco Antônio Zago, na Reitoria da USP. Os documentos também foram enviados via e-mail e em papel para a sede do Cruesp.

O ofício encaminhado aos reitores solicita o início das negociações ainda em abril, já que a data-base da categoria é 1º de maio. Entre os principais pontos da pauta, encontram-se as demandas salariais:

- A reposição salarial para todos os

servidores docentes e técnico-administrativos das três universidades e do Centro Paula Souza correspondente à inflação do período de maio/2015 a abril/2016, mais 3% por recuperação parcial de perdas históricas;

- Revisão salarial em setembro/outubro de 2016, conforme acordado entre o Fórum e o Cruesp em abril de 1991;

- E a equiparação dos pisos salariais entre os servidores técnico-administrativos da Unesp, Unicamp, USP e do Centro Paula Souza, preservando as estruturas de carreira.

Estes e demais tópicos que serão negociados nesta data-base foram definidos em reunião realizada na última segunda-feira (28), quando as entidades que compõem o Fórum das Seis, após amplo debate, analisaram os resultados da segunda rodada de assembleias.

Na Unicamp a categoria entendeu que a prioridade da campanha unificada é discutir a isonomia dos pisos salariais, e que o debate sobre alteração do teto salarial constitucional no Estado não deveria entrar na pauta unificada. As demais entidades do Fórum, no entanto, tinham posição de suas assembleias para defender a adequação do teto ao equivalente incorporar a pauta. Foi o que prevaleceu. O Fórum também não indicou paralisação para entrega da pauta no dia 31, mas o Sintusp fez uma manifestação para assegurar entregar a pauta a Zago diretamente, tendo em vista que desde 1º abril o reitor José Tadeu Jorge assumiu a presidência do Cruesp.

Plenária Nacional da Fasubra aprova posição contra o impeachment e a retirada de direitos

Foto: Site Fasubra

A Plenária Nacional da Fasubra, realizada no último final de semana, aprovou deliberação política contra o impeachment da Dilma, entendendo que a proposta é uma resposta da direita para restringir mais direitos, conquistas sociais, privatizações e conservadorismo. Que é preciso barrar o impeachment com mobilizações, mas também enfrentar o governo

Dilma que aprofunda o ajuste sobre os trabalhadores.

14 de abril: Dia Nacional de Mobilização e Paralisação

A plenária também aprovou um indicativo de mobilização e paralisação nas universidades no dia 14 para barrar o PLP 257/16 que traz enormes prejuízos para os trabalhadores do serviço público.



Nota da Fasubra sobre o PL 257/2016

Na contramão do fortalecimento do Estado referenciado socialmente e valorização dos servidores públicos

O PLP 257/2016 enviado no dia 22 de março pelo governo ao Congresso Nacional, com a desculpa de promover uma reestruturação fiscal “duradoura e sustentável”, objetiva em sua essência sedimentar uma possível relação com as demandas dos governos estaduais, e mais uma vez colocando o custo nas costas dos trabalhadores. O PLP aponta para o mercado, uma série de medidas, que visam diminuir os custos da “máquina” de estado, sustentadas em arrocho salarial dos servidores públicos; privatização de empresas estatais; possibilidade de a União aceitar ativos pertencentes aos Estados - empresas públicas, dentre outras.

O serviço público sofrerá um golpe na sua qualidade, e na ponta quem sofrerá serão os usuários desses serviços do estado. Maior ainda é o retrocesso com relação à política de valorização do salário mínimo, afetando milhares de brasileiros, que tem como única fonte de renda o salário mínimo.

Denunciamos essa posição do Governo, pois num momento de agonia política (com a possibilidade do impeachment), o governo prioriza anteder os interesses do capital, levando ao congresso uma proposta que choca com as agenda dos trabalhadores e dos movimentos sociais.

Não bastasse o arrocho salarial embutido no PLP 257, cujas medidas, teriam duração de 24 meses, está embutida também adoção de medidas estruturais, como a aprovação de uma lei nova de responsabilidade fiscal, reforma da previdência, a elevação das alíquotas de contribuição previdenciária dos servidores, a instituição de regime de previdência complementar (previdência privada), o monitoramento contínuo das

contas e adoção de critérios para avaliar de forma pública e periódica programas e projetos.

No “toma lá dá cá” com os estados, que se beneficiarão com: a ampliação de 20 anos de sua dívida com a União; a proibição de novas contratações (exceto substituição, geralmente feita de forma precarizada, via terceirização) e de reajuste salarial durante 24 meses; a inclusão de terceirizados no gasto com pessoal; a possibilidade de PDV (Programa de Demissão Voluntária) como forma de redução do quadro de servidores; reduzir em 10% a despesa mensal dos cargos de livre provimento e nomeação, em comparação com a do mês de junho de 2014, aprofundará a precarização do trabalho, comprometendo a qualidade dos serviços públicos, a execução do Plano Nacional de Educação e iniciativas que visam combater o quadro dramático em que se encontra o SUS.

A repercussão negativa desse Projeto não para por aí, pois além do ataque aos serviços públicos, o seu campo de impacto afetará a renda de milhares de brasileiros com a suspensão do aumento real do salário mínimo. A política do governo de recomposição do valor aquisitivo do salário mínimo, com aumentos de 76% acumulados nos últimos 12 anos ficará comprometida com esse projeto. Essa ação está na contramão das políticas de distribuição de rendas que pretendem reduzir as desigualdades sociais no país.

Por isso a Fasubra se posiciona contrária ao PLC 257/2016, e desde já informamos que vamos divulgar o nome, o partido e a foto do parlamentar que votar contra os trabalhadores!

Fasubra Sindical

STU participará de manifestação em defesa do IAMSPE

O STU voltou a participar da Comissão Consultiva Mista (CCM) do IAMSPE e irá participar de uma manifestação na Alesp no dia 26/4, onde será realizada uma visita ao Colégio de Líderes para pressionar os deputados a elaborar uma lei que obrigue o governo Alckimin a repassar os 2% de contrapartida do Estado.

O STU continuará cobrando que

o governo invista integralmente o que deve ao IAMSPE, para que os servidores tenham acesso a uma estrutura de atenção à saúde pública de qualidade e com amplo atendimento.

Os servidores que estiverem interessados em participar da atividade deve entrar em contato com a Secretaria do STU e informar o nome.

NOTAS

Fasubra reafirma moção contra punições à Adriana Stella

A Plenária Nacional da Fasubra aprovou moção pela retirada das punições à Adriana Stella, diretora do STU e da Fasubra, e anulação da sindicância que determinou sua punição após denunciar seu chefe por assédio moral.

Plenária repudia matéria ofensiva da Revista ISTOÉ

A Plenária Nacional da Fasubra aprovou moção contra a matéria veiculada na revista “ISTOÉ”, da Editora Três, no dia 01 de abril com o título “Uma presidente fora de si”, edição 2417, em função de seu conteúdo misógino, machista e desrespeitoso, ao retratar a Presidenta Dilma como uma mulher “histórica e descontrolada”, comparando-a com a rainha de Portugal D.Maria, a Louca.

Atividade na Adunicamp manifestará solidariedade à Dilma e repúdio à revista

Com o objetivo de repudiar a matéria na revista ISTOÉ e manifestar solidariedade à presidenta Dilma e a luta das mulheres contra o golpe, será realizado um Ato e Debate no auditório da Adunicamp no dia 6/3 (hoje), a partir das 12 horas.

A atividade é organizada pelo Comitê Unicamp Contra o Golpe.

Racismo nas universidades é mais uma face do golpismo

Foto: Beeroth de Souza

Após as sucessivas expressões de racismo e preconceito que vêm aparecendo na Unicamp, e em outras universidades - como o Mackenzie e a Unesp em Bauru e Araraquara - mais uma vez a sociedade paulista assistiu uma demonstração criminosa de estudantes universitários. Alunos da Faculdade de Medicina de Jundiaí, durante a competição chamada Pré-Intermed, ocorrida de 18 a 27 de março, pintaram nos próprios corpos a palavra "COTAS" em manifestação contra a maioria de estudantes oriundos de escolas públicas que ingressaram neste ano na Unicamp. Em um resultado considerado histórico por toda a comunidade acadêmica e de repercussão nacional, 88,2% dos aprovados no curso de Medicina da Unicamp vêm do ensino público.

Uma vitória desses jovens e da luta por uma universidade inclusiva, social-



mente referenciada e democrática, que devolva à população que a sustenta o investimento neste centro de excelência.

A atitude dos futuros médicos da FMJ foi repudiada por centros acadêmicos de outras faculdades de medicina e é também repudiada pela diretoria do STU.

Assim como, junto com o Núcleo de Consciência Negra da Unicamp, realizamos no último dia 23 um importante ato em rechaço às manifesta-

ções de "supremacia branca" pichadas novamente no IFCH, nos somamos às vozes que reafirmam que o ingresso de estudantes de escolas públicas, negros e indígenas é uma reparação histórica àqueles que construíram a riqueza da sétima economia do mundo e que vêm sendo vilipendiados pelo Estado. Os atuais indicadores da Unicamp e de outras universidades públicas fortalecem a política de cotas defendidas pelo STU. **Racistas, não passarão!**

VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Número de estupros aumenta em Campinas

Foto: Site Revista Fórum



O Correio Popular divulgou em matéria no último dia 28/3 que, segundo dados da Secretaria de Segurança Pública (SSP) do Estado, o número de casos de estupro registrado em fevereiro deste ano é 150%

maior que do mesmo período do ano passado, são 30 casos contra 12 de 2015.

As regiões de Ouro Verde e Campo Grande registram o índice mais alto, totalizando metade dos casos da cidade. Em Barão Geraldo, enquanto dois estupros foram registrados entre janeiro e fevereiro de 2015, nos mesmos meses deste ano já foram cinco casos.

O STU e o DCE denunciam a violência contra as mulheres na região da Unicamp há anos e cobram políticas públicas, como a abertura das delegacias 24 horas, mais ônibus circulares externos e noturnos, melhor iluminação e tantas outras medidas que diminuiriam o risco pelo qual as mulheres estão expostas. O Sindicato continuará dizendo não a violência contra a mulher e buscando sempre o combate dessa prática!

SOLIDARIEDADE

PM realiza reintegração truculenta na Mabe

Foto: Sindimetal Campinas

Na tarde do último domingo (3) os trabalhadores acampados na Mabe, em Hortolândia, foram pegos de surpresa por uma operação da Polícia Militar para reintegração de posse da fábrica que vem sendo ocupada desde 15 de fevereiro.

A invasão dos policiais foi feita pelos fundos do local e até mesmo helicóptero para rapel foi utilizado. A ação da PM foi truculenta e não permitiu que os trabalhadores sequer recolhessem seus pertencentes, tudo foi deixado para trás na fábrica, inclusive alimentos e leites recebidos de doações, que posteriormente seriam entregues para gestantes de Hor-



tolândia.

A ação da Oficial de Justiça também foi autoritária e abusiva, pois houve impedimento do Sindicato dos Metalúrgicos e seus advogados de acompanhar o ato de reintegração. Ato este efetuado às 14 horas de um domingo, após o fim do expediente do judiciário, fato que inviabilizou qual-

quer possível tentativa por parte dos advogados do Sindicato de conseguirem mandado judicial que impedisse a reintegração de posse.

Segundo o Sindicato dos Metalúrgicos de Campinas e região os trabalhadores continuarão acampados em frente à fábrica, impedindo a entrada e saída de caminhões, assim como também o funcionamento da fábrica.

Mais uma vez o STU se solidariza com a luta dos 1.900 trabalhadores da Mabe, como já fez ao visitar a ocupação levando doações e apoio, e mais uma vez se coloca à disposição para ajudar no que for necessário.

ASSEMBLEIA ORÇAMENTÁRIA

Assembleia aprova prestação de contas e previsão orçamentária para 2016

Foto: Beeroth de Souza

A Assembleia Orçamentária realizada no último dia 30/3 aprovou a prestação de contas da entidade referente ao período de outubro a dezembro ano de 2015 e também a previsão orçamentária para o exercício de 2016.

A diretoria apresentou e detalhou o balancete financeiro do Sindicato, mantendo a postura de uma gestão democrática e transparente, que investe da melhor maneira possível na luta sindical. O Conselho Fiscal ainda destacou que mais uma vez “houve por parte da diretoria do sindicato uma correta conduta que manteve o equilíbrio financeiro das finanças”.

A assembleia realizou um adendo a previsão orçamentária que



estabelece o acompanhamento do processo de *amicus curae* sobre a mudança de regime CLE, no valor de R\$40.000,00.

Entre as atividades programadas para este ano, continuam as festas Junina no Campus e Julina dos Apo-

sentados, Dia do Funcionário Público, Semana da Consciência Negra, Seminário Paulo Freire, cursos de formação, campanha de sindicalização, participação nos Congressos e a contratação de técnico para Peritagem.

BOLETIM DO STU é uma publicação do Sindicato dos Trabalhadores da Unicamp - Gestão: 2014 - 2017 - Textos: Luciana Araújo e Mayra Nakamura (estagiária)

Edição: Luciana Araújo - Editoração Eletrônica: Leon Cunha - Tiragem: 5 mil exemplares - Impressão: MHG Gráfica e Editora Ltda.

Contatos: 3521-7412 / 3521-7147 / 3289-4242 / 3289-3502 INTERNET: www.stu.org.br EMAIL: imprensa@stu.org.br FACEBOOK: [stu.unicamp](https://www.facebook.com/stu.unicamp)